

NELCIONEY JOSÉ DE SOUZA ARAÚJO
MARCOS CARVALHO DOS SANTOS

**A NOÇÃO DE VAZIO DEMOGRÁFICO NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA
(1996-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Superior de Defesa, como exigência
parcial para obtenção do título de Especialista
em Defesa.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Machado
Caminha

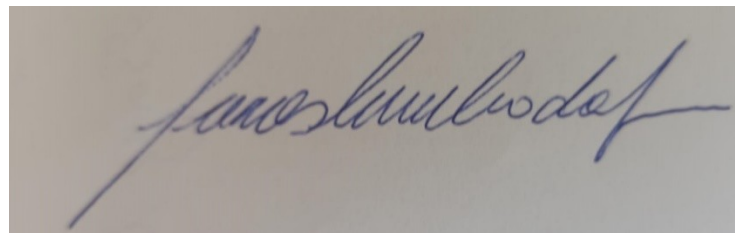
Brasília
2023

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da Escola Superior de Defesa (ESD). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não expressam qualquer orientação institucional da ESD.

Brasília, DF, 23 de novembro de 2023

A rectangular box containing a handwritten signature in black ink on a light yellow background. The signature reads "Nelcionei José de Souza Araújo".

NELCIONEY JOSÉ DESOUZA ARAÚJO (ID. 0929035-4)

A rectangular box containing a handwritten signature in blue ink on a grey background. The signature reads "Marcos Carvalho Santos".

MARCOS CARVALHO SANTOS (ID. 5385466)

NELCIONEY JOSÉ DE SOUZA ARAÚJO
MARCOS CARVALHO DOS SANTOS

**A NOÇÃO DE VÁZIO DEMOGRÁFICO NA POLÍTICA NACIONAL DE
DEFESA (1996-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Superior de Defesa,
como exigência parcial para obtenção do
título de Especialista em Altos Estudos
em Defesa.

Trabalho de Conclusão de Curso **APROVADO:**

Brasília, DF, 26 de novembro de 2023


VIVIANE MACHADO CAMINHA – Profa. Dra. (ESD)
Orientadora


LEONARDO ULIAN DALL EVEDOV – Prof. Dr. (ESD)
Membro 1


SELMA LÚCIA DE MOURA GONZALES – TC EB (ESD)
Membro 2

A noção do vazio demográfico na Política Nacional de Defesa (1996-2020)

Nelcionei José de Souza Araújo¹
Marcos Carvalho dos Santos²

RESUMO

Nosso objetivo foi discutir a origem e (des)construção de um espaço vazio e desabitado na PND quando se refere a Amazônia. Procuramos mostrar como esse espaço, habitado por populações originárias, passa a ser projetado como um espaço vazio improdutivo, pronto a ser preenchido pela economia nacional através de diversas políticas públicas ao longo do tempo. Essa noção da Amazônia como espaço vazio passou a ser reproduzida nos diversos meios de informações, principalmente, em documentos oficiais do governo brasileiro, sendo aceitas como um pressuposto que acaba por retirar da geo-história amazônica a presença de povos milenares, presença que resistiu e continua resistindo, das mais diversas formas, à ocupação de suas terras e à sua destruição enquanto populações diferenciadas cultural e ambientalmente. O trabalho utilizou metodologia qualitativa, por meio de estudo de natureza exploratória e pesquisa bibliográfica e documental, contemplando a análise de conceituação teórica, dados históricos, legislação pertinente e estudos correlatos. Como resultado, o estudo identificou que a ideia de que algo sempre faltou à Amazônia e seus povos teve sua origem nos relatos de inúmeros naturalistas e, principalmente das visões de Euclides da Cunha e, seu princípio da incompletude. Dessa forma, concluiu-se pela necessidade de ações efetivas que propiciem uma reflexão sobre a noção de vazio demográfico pelos diferentes segmentos da sociedade brasileira, propiciando que se mude a mentalidade da sociedade brasileira em relação à Amazônia e, em decorrência se retire o termo vazio demográfico de futuros planejamentos para esta região.

Palavras-chave: Política Nacional de Defesa; Vazio demográfico; Amazônia.

The notion of the demographic void in the National Defense Policy (1996-2020)

ABSTRACT

Our objective was to discuss the origin and (de)construction of an empty and uninhabited space in the PND when referring to the Amazon. We seek to show how this space, inhabited by original populations, comes to be projected as an unproductive empty space, ready to be filled by the national economy through various public policies over time. This notion of the Amazon as an empty space began to be reproduced in various media, mainly in official documents from the Brazilian government, being accepted as an assumption that ends up removing the presence of ancient peoples from Amazonian geohistory, a presence that resisted and continues to resist, in the most diverse ways, the occupation of their lands and their destruction as culturally and environmentally differentiated populations. The work used qualitative methodology, through an exploratory study and bibliographic and documentary

1 Professor da Universidade Federal do Amazonas. IFCHS-DEGEOG. E-mail: nelcioneigeo@gmail.com

2 Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil. E-mail: carvalhosantos@yahoo.com.br

a Trabalho de Conclusão de Curso em Altos Estudos em Defesa

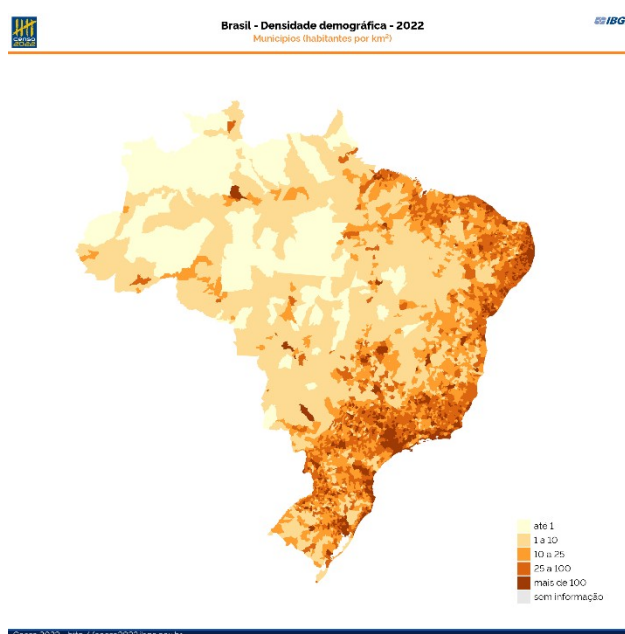
research, including the analysis of theoretical conceptualization, historical data, relevant legislation and related studies. As a result, the study identified that the idea that something was always missing from the Amazon and its people had its origin in the reports of countless naturalists and, mainly, the views of Euclides da Cunha and his principle of incompleteness. In this way, it was concluded that there is a need for effective actions that provide a reflection on the notion of a demographic void by different segments of Brazilian society, enabling a change in the mentality of Brazilian society in relation to the Amazon and, as a result, the term void is removed. demographic of future planning for this region.

Keywords: *National Defense Policy; Demographic void; Amazonia.*

1. INTRODUÇÃO

A noção do vazio demográfico amazônico vem sendo utilizado, no decorrer do tempo, pelo Estado brasileiro como argumento e justificativa para o transplante de populações externas à região, desconsiderando seus povos originários ou secularmente nela fixados. Entre tantos motivos que sustentam o pensamento do vazio demográfico, estão os interesses governamentais diretamente relacionados ao caráter expansionista do capital nacional e global. Além disso, o Estado considera para sustentar essa ideia do vazio demográfico, apenas um dado estatístico-demográfico (Figura 1), sem considerar as implicações que tem no imaginário nacional e internacional.

Figura 1 – Brasil - Densidade Demográfica



Fonte: IBGE (2022)

Dois pressupostos metodológicos estão na base dessa noção: primeiro, admite-se aqui que em todas (exceção a da primeira de 1996) as versões da Política Nacional de Defesa - PND (Brasil, 1996; 2005; 2012; 2016; 2020) que discorrem sobre a Amazônia, esta é apresentada, como um grande vazio demográfico, com base apenas em um dado puramente estatístico, muito distante da real situação das populações amazônicas. Ressalte-se que a região amazônica na primeira Política de Defesa Nacional - PDN de 1996, não é apresentada como uma área de vazio demográfico e sim, como uma parte do território brasileiro, que merece atenção especial, em virtude de sua vizinhança e atuação do crime organizado, visão essa que, não é mantida nas versões atuais da PND (Brasil, 2020).

O segundo pressuposto metodológico deste estudo admite-se, entretanto, que, partindo-se de certas premissas concernentes à natureza e a finalidade das visões “sobre” a Amazônia, é possível definir em teoria que este vazio demográfico tende a intensificar ou a prejudicar a imagem que o brasileiro das regiões centro-sul, têm sobre a Amazônia e, em especial ao próprio Estado brasileiro e, suas diversas políticas públicas que enxergam as “Amazônias” como uma região homogênea e despovoada.

Assim, se buscou fazer um estudo para se identificar de que forma esta noção se originou e, como a Amazônia vem sendo representada ao longo da geo-história do Brasil, principalmente a partir dos seguintes eventos: Conquista da Amazônia pelos europeus a partir do século XVI, “Diretório dos Índios de 1757”, o Governo Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e, a partir de 1964 com os militares no poder e suas preocupações com as questões estratégica e geopolíticas e, na PND.

A Amazônia ao longo de sua história tem sido vista principalmente, com os olhos do “descobridor”, do aventureiro e do planejador estatal como uma região que precisa de intervenção, através de políticas públicas, para se (des)envolver, sem que para isso seja considerada a sua sociobiodiversidade e seus habitantes originários que, desde a invasão espanhola e depois portuguesa, vem sofrendo um processo de degradação e extermínio físico e cultural que continua em pleno século XXI. A modernidade predadora carbonizando as dádivas desconhecidas na natureza soube,

[...] atacar culturas de povos que servem de obstáculos a expansão do mercado globalizado. Daí a matança dos chamados selvagens no período colonial e, a matança moral a vitimar as populações ripárias e os excluídos nesses tempos modernos [...]. Esta crise desordena a casa amazônica e fortalece interesses das classes dirigentes para deixar as coisas como estão (Procópio, 2008, p. 132).

Esclareça-se que o povoamento amazônico depois da entrada dos europeus “ocorreu ora continuamente, ora em ritmo acelerado no embalo dos ciclos econômicos” (Ibidem, p. 140). Ritmos esses que se aceleraram a partir de 1964 com as políticas de integração nacional e as grandes construções de rodovias e hidrelétricas como parte de um projeto estratégico do governo no poder.

Assim, este estudo buscou compreender primeiro, a complexidade sociometabólica (Gonçalves, 2017) que permeia a região amazônica, bem como tentar entender de que forma o Estado brasileiro trata desta região em suas políticas de defesa nacional, haja vista que em geral, a Amazônia é vista como uma região homogênea e despovoada que precisa ser “inundada de civilização” pois, há a necessidade de se vivificar suas fronteiras.

Portanto, este artigo se faz necessário e relevante haja vista que, se procurou entender de que forma a noção do vazio demográfico amazônico vem permeando a Política de Defesa Nacional, desde sua versão inicial de 1996. Além disso, buscou-se se fazer uma análise de todas as versões da PDN para se entender de que forma a Amazônia é descrita e qual enfoque o Estado brasileiro dispensa a esta estratégica região.

A noção do vazio demográfico amazônico vem sendo utilizado no decorrer do tempo pelo Estado brasileiro, sendo assim, se objetivou entender como se deu a construção desse mito, destacando-se os viajantes, exploradores, e pesquisadores pois, muitos de seus escritos descrevem a região amazônica como um grande “vazio demográfico” e, que a solução para se “preencher” este vazio, seria através de ações direcionadas pelo Estado, no sentido de formular e propor políticas públicas que pudessem “povoar” este espaço desprovido de pessoas.

O que acaba sendo aceito como um pressuposto que acaba por retirar da história social amazônica a presença das populações originárias, presença que resistiu e continua resistindo, das mais diversas formas a ocupação de suas terras e a sua destruição enquanto comunidade diferenciada da sociedade nacional. Em face do exposto, a questão de estudo que se pretendeu responder foi: quais foram os possíveis interesses em torno da perspectiva sobre o vazio demográfico da região amazônica presente na Política Nacional de Defesa (PND)?

A fim de investigar a origem do termo do vazio demográfico nos diversos documentos históricos e políticos e sua inserção no contexto da política pública de defesa nacional e de como este termo possui uma mensagem “subliminar” que influencia a mentalidade e a percepção da sociedade, o presente artigo buscou analisar como o vazio demográfico vem sendo focado no decorrer do tempo em diversas literaturas que trataram da Amazônia, enquanto um enorme espaço vazio e desabitado. Para subsidiar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- Investigar o contexto histórico, geográfico e, institucional, visando identificar a origem do termo (mito) do Vazio Demográfico e sua relação ao tema Defesa Nacional;
- Demonstrar como o termo (mito) é focado pelos geopolíticos brasileiros e na Política Nacional de Defesa bem como destacar, como as políticas públicas foram direcionadas a dar fim a este suposto vazio;
- Inferir sobre as possíveis visões que a sociedade e a economia desenvolveram sobre a Amazônia como um território vazio e as possíveis implicações na Política Nacional de Defesa.

Com o objetivo de coletar, sistematizar e tratar as informações que nos permitiram responder os objetivos propostos, o estudo delineou as fases de levantamento bibliográfico. Foram consultadas inicialmente, plataformas de bases em meio eletrônico focando descritores centrados em “vazio demográfico” e “vivificação de fronteira”, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentre outras, com o objetivo de selecionar artigos de revisão e artigos originais, dissertações e teses relacionados à: geo-história das Amazônia, geopolítica amazônica e políticas públicas de defesa nacional.

Ressalte-se que foi feita uma abordagem qualitativa centrada na revisão da literatura a respeito da temática analisada, bem como na análise dos documentos oficiais do estado brasileiro, com enfoque na Política Nacional de Defesa, entre os anos de 1996 até o ano de 2020. Destaque-se que este estudo foi de caráter exploratório com objetivo de analisar de que forma a noção do vazio demográfico vem sendo apresentado ao longo do tempo, haja vista que existe uma visão “única” sobre esta noção, considerando apenas seus aspectos demográficos, sem contextualização social, histórico e ambiental.

A busca se centrou em fontes que se relacionem a temática da Amazônia e sua importância estratégica ao longo do tempo haja vista que, foi a partir de suas reflexões sobre o vazio demográfico que, passamos a compreender como essa temática envolve uma polissemia de significados.

O primeiro passo foi a partir da pesquisa bibliográfica, de materiais já escritos sobre a temática realizada por meio de análise e fichamento de livros, artigos, teses e dissertações, assim, também da pesquisa documental, especialmente instrumentos normativos de órgãos oficiais, como a Constituição Federal do Brasil e Política Nacional de Defesa.

Assim, para subsidiar nossas análises, destacou-se as seguintes obras: “Amazônia, Amazônia” de Gonçalves (2001), Um sertão chamado Brasil, de Nísia Trindade Lima (2013), O destino da floresta: desenvolvedores, destruidores e defensores da Amazônia, de Hecht e Cockburne, (2022), O povo das águas – ensaios de etno-história amazônica, de Porro (1995), História da Amazônia, de Souza (2009).

O segundo momento se constituiu na análise da Política Nacional de Defesa (PND), desde sua primeira versão em 1996, até a presente versão, de 2020 (ainda não aprovada no Congresso). Esta fase será importante pois, destacar-se-á em cada versão da PND como a mesma enfoca a Amazônia, vazio demográfico, indígenas, e a “vivificação de fronteira”, o que nos permitirá ter uma visão sobre a abordagem que o Estado brasileiro faz da Amazônia.

No terceiro momento, procedeu-se o tratamento e a interpretação dos dados dispostos nos documentos e literaturas consultadas para se avaliar se os mesmos são pertinentes e

contribuem para esclarecer, e subsidiar ou não, a proposta da pesquisa visando atingir os objetivos propostos.

O Artigo está organizado em três seções: a primeira intitulada – **As Amazônias como Questão Estratégica** – com o objetivo de se fazer uma reflexão sobre o domínio e, colonização da Amazônia pelo Estado, inicialmente o espanhol e, posteriormente o Português. Outro enfoque dado nesta seção, será sobre como os diversos viajantes, escritores, naturalistas historiadores, geógrafos e suas diferentes posições com relação a Amazônia e sua sociobiodiversidade. A segunda seção – **A (Des)Construção do Vazio Demográfico** – abordará de que forma esse conceito de vazio demográfico foi sendo utilizado para se justificar a ocupação por pessoas de fora da região, sob a égide da Segurança Nacional. A última seção – **As Amazônias e a Política Nacional de Defesa** - interligará as discussões das seções anteriores com a correlação dos resultados encontrados nas análises da PND. E por fim, pretende-se propor alguns caminhos a ser seguidos no intuito de um novo significado/olhar sobre as Amazônias.

Em suma, e como contribuição, serão apresentadas sugestões para que se retire o vazio demográfico da PND, visando tornar mais coerente com a realidade a visão que uma boa parcela da sociedade brasileira e de instituições estatais, principalmente, as de defesa, tem sobre as Amazônias e sua sociobiodiversidade.

2. AS AMAZÔNIAS COMO QUESTÃO ESTRATÉGICA

O Brasil é um Estado que desempenha um papel primário no cenário internacional, é visto como um Estado e com uma economia e setores sociais em desenvolvimento rápido (Stuenkel, 2018). O país é visto como detentor de grande biodiversidade e isso o possibilitaria a ser um país com um protagonismo maior no cenário internacional.

Para possibilitar este desenvolvimento e protagonismo desejado pela sociedade brasileira, o Brasil depende, dentre outras coisas, (o agro se destaca no cenário atual) de explorar e beneficiar os recursos naturais, sendo que a maioria deles estão na Amazônia; ou melhor, nas Amazônias (ribeirinha, seringueira, indígena, quebradeiras de coco de babaçu, quilombola, dos novos migrantes).

Destaque-se que a Amazônia, desde o século XVI, vem sendo vilipendiada e tendo seus habitantes originários, sido invisibilizados, esquecidos, expurgados da memória, desconsiderados e deixados de fora em prol de uma “civilização” e políticas públicas estatais extemporâneas a região.

Ressalte-se que as Amazônias aparecem no imaginário nacional e, na visão de alguns atores estatais como uma vasta faixa verde despovoada do território brasileiro, visão esta totalmente distorcida da realidade, onde a visualizam como um grande vazio demográfico, desde o período colonial. Esquecem-se que, para “ocupar ou desmatar, havia que matar” (Aráos, 2020).

Sendo assim, desde o período colonial, os tempos de destruição nas Amazônias são variados; séculos e décadas devem ser nossa escala de tempo, segundo Hecht e Cockburn (2022). Em épocas anteriores, estavam entre os agentes de destruição micróbios, pessoas escravizadas e ferramentas de metal. Ressalte-se que:

Os meios de explorar a riqueza da Amazônia vinham do controle sobre o trabalho, enquanto agora decorrem do controle sobre a terra. Atualmente, o testemunho da destruição acelerada da Amazônia pode ser encontrado em: constantes batalhas entre as tribos nativas sobreviventes e aqueles que invadiram suas terras, explorariam seus recursos e negariam suas culturas; constante atrito entre novos migrantes, antigos colonos, pequenos extratores e grandes latifundiários; e campanhas assassinas travadas por grandes fazendeiros famintos por pasto, intolerantes com quaisquer grupo indígena, seringueiros, pequenos extratores ou pequenos colonos que possam está em seu caminho (Hecht; Cockburn, 2022, p. 187).

Note-se que Amazônia não é uma região muito fácil de definir ou delimitar, a começar pela “plurivalência de sentidos do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica como uma província botânica, um conjunto político como um espaço econômico” (Moreira, 1958, p. 9). Talvez, daí venha a dificuldade de se entender esta região por parte do grande público brasileiro. Sendo assim e, ainda para efeitos de planejamento o:

Próprio Estado, para melhor efetivar sua ação neste território também vai elaborar outras Amazônias, dividindo-as em Amazônia Legal, Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental, além da própria Região Norte, cada uma com sua circunscrição espacial e destinada a determinados programas, deixando evidente que o espaço é político. Parece que a complexidade decorre da dificuldade de se querer dar conta dos processos que marcaram a ação do Estado sobre esta região, que culminaram, sem dúvida, numa transformação geral onde tais processos ocorreram” (Nogueira, 2007, p. 25).

As histórias da exploração das Amazônias, sempre foram pautadas nos ritmos da violência e do domínio militar, inicialmente espanhol e, posteriormente português, o que culminou com uma Amazônia luzíndia (mais índia que lusa), e uma Amazônia hispano índia (mais índia que espanhola). Este artigo se concentrou apenas na análise da Amazônia portuguesa, principalmente a partir de 1616, com a fundação do Forte do Presépio, em Belém, na chamada região da Feliz Lusitânia conforme Souza (2009) destaca. Antes da fundação do

citado Forte, a Amazônia era objeto de cobiça de outras nações europeias, destacando-se ingleses, franceses e, holandeses.

Neste contexto, podemos destacar de acordo com Vaz (1996), três fases: a primeira que vai de 1660 a 1655 aonde predominavam as expedições de capturas indígenas que viviam as margens dos grandes rios, uma segunda que vai de 1655 a 1755, anos de domínio dos Jesuítas e cujas características principais eram os descimentos (aldeados/missionizados) dos indígenas transformados em produtores de *commodities*, além de serem obrigados a aprenderem a língua geral amazônica (nheengatu).

Por fim, temos o período que vai de 1755 a 1799, onde o destaque vai para a criação do “Diretório”, implantado, pelo Marques de Pombal após a expulsão dos Jesuítas e que se centrava em converter os indígenas em membros da sociedade portuguesa, além da proibição do uso da língua geral.

A Amazônia, apesar do domínio português não estava isenta de tentativas de invasão e, portanto, para combater estas ameaças, os portugueses estabeleceram duas estratégias de defesa: uma se concentrou, segundo Castro (1998) na construção de um “cinturão de fortes – Macapá, São Joaquim, São José, São Gabriel, Tabatinga e Príncipe da Beira – amarrando-lhe as fronteiras consagradas pelo *uti possidetis*, o princípio internacional que caracterizou o tratado de Madri (1750).

A outra estratégia, conhecida como “conquista espiritual” se pautou em aldeamentos indígenas que ficaram a cargo, segundo Reis (1972), de seis Ordens religiosas: a Companhia de Jesus, Os Carmelitas, os Franciscanos de Santo Antônio, os Mercedários, os Frades da Piedade e os Capuchos da Conceição da beira do Minho. Portanto, o binômio da “cruz e da espada” estava sedimentado para sempre na Amazônia.

É preciso destacar que uma das grandes ideias que se divulgam sobre a Amazônia, inclusive por parte do Estado brasileiro, é a que afirma que a região é um grande vazio demográfico. Esta noção alimenta o sonho de muitos em busca da tão sonhada terra prometida para uns, paraíso para outros, inferno verde para alguns e, desconsidera toda uma miríade de populações que habitam esta área do país.

Esta ideia é também consequência de,

Séculos de censura, dos embargos aplicados pelas Coroa espanhola (Lei de 1556, Conselho das Índias) e Coroa portuguesa (Conselho da Colônia) sobre o conhecimento e as viagens na região, e dos silêncios das Ordens religiosas durante a história colonial da Amazônia (Hecht; Cockburn, 2022, p. 189).

A Amazônia, a exemplo do sertão e o litoral, surge no pensamento social brasileiro, como “imagens de grande força simbólica, que expressam o contraste e, no limite, o

antagonismo de distintas formas de organização social e cultural” (Lima, 2013, p. 61). A citada autora destaca ainda que, “o tema do isolamento no interior do território brasileiro como marca de nossa história” e, ressalta ainda que, este isolamento possui uma “alta carga de valores simbólicos” (*Ibid.*, p. 104) que permeiam até hoje o imaginário nacional.

De acordo com Souza (2009) a onda de cientistas viajantes do século XVIII e XIX, “começa a ser fabricado o renitente mito de que a Amazônia é um vazio demográfico, uma natureza hostil aos homens civilizados, habitada por nativos extremamente primitivos sem vida política e social” (*Ibid.*, p. 163). Ressalte que estes cientistas apresentavam em suas análises um preconceito racial e arrogância eurocêntrica condenável por qualquer brasileiro que se identifique com a causa amazônica e respeite as características socioambientais da região.

Outrossim, a Amazônia é vista por muitos como uma “terra sem história” (Cunha, 2019), o que Neves (2022) chamou de “princípio da incompletude”, forma persistente de anacronismo no tratamento da história da ocupação humana da Amazônia, afirma ainda que a “ideia de que algo sempre faltou à Amazônia e seus povos: a agricultura, o Estado, a história, as cidades, a ordem e o progresso. [...] Textos produzidos com base no princípio da incompletude, vem recheados com argumentos de ausência, de escassez, de falta.” (Neves, 2022, p. 182).

Estas ideias são baseadas como destaca o citado autor “em premissas de escassez, de que algo essencial está sempre faltando, mas, talvez incompleta seja nossa capacidade de entender a Amazônia, sua história e sua natureza em seus próprios termos” (*Ibid.*, p.189). O que nos chama a atenção é que em pleno século XXI, a Política Nacional de Defesa ainda trate a Amazônia como um grande vazio demográfico que precisa ser ocupado e passar por um processo de vivificação de suas fronteiras.

Esta visão distorcida, por parte de nossa PND, pode ser fruto da própria interpretação que o Estado faz do conceito estatístico de densidade demográfica (hab/km²) e que, portanto, deve ser contextualizada pelas implicações que dela decorre. Sendo assim, pode-se destacar que:

Primeiro, devemos inferir que a população da Amazônia é baixa em relação a que? Se em determinadas situações/circunstâncias há até população excedente? Devemos considerar ainda que a relação população-área deve ser equacionada com relações sociais que regem a vida dos homens e mulheres entre si e destes com a natureza. Assim, a Amazônia apontada como região de baixa densidade demográfica em vários momentos de sua história, apresentou uma superpopulação relativa. E esconde aquela preocupação já salientada, herdada do período colonial, que revela mais a respeito das

dificuldades dos que querem colonizar em realizar o seu intento do que propriamente o povoamento da região (Gonçalves, 2001, p. 34).

A noção do vazio demográfico é frequentemente reiterada, principalmente pelo Estado brasileiro, como que para justificar a necessidade de ocupá-la, para garantir a integridade do território, desconsiderando conforme consta em todas as versões da PND as populações que habitam milenarmente a região.

2.1 ESTRATÉGIAS DE DOMÍNIO E COLONIZAÇÃO

A Amazônia sempre teve o dom de impressionar as civilizações distantes (Cunha, 2021, p. 25) e, desde os primeiros contatos com os europeus no século XVI essas impressões vem se fazendo mais presentes a cada século. Mas, nesse sentido, um primeiro problema que se enfrenta no entendimento do que é a Amazônia, passa, pela questão do porque esta região não é muito fácil de se definir nem de delimitar pois, grande parte dos brasileiros confundem a Amazônia com a Região Norte ou até mesmo com a Amazônia Legal, objeto de delimitação nacional para fins de planejamento.

Outrossim, é comum achar que a Amazônia possui apenas uma única formação florestal onde vivem os “índios”. Nesse sentido, desconsideram toda uma bio e sociodiversidade que existe desde tempos imemoriais, o que torna esta área uma das poucas no planeta, em pleno século XXI, habitada por milhares de povos originários que apesar do Estado Português e, posteriormente o brasileiro terem tentado os desalojar de seu *habitat* via inúmeras estratégias de ocupação, controle e construção de uma rede de circulação terrestre e hidroelétricas, eles continuam resistindo as pressões do “civilizado” o que confere a esta região, características especiais no planeta.

Assim, desde quando o Frei Gaspar de Carvajal, durante a expedição de Francisco de Orellana entre os anos de 1541 a 1542,

[...] pensou terem encontrado as amazonas, mulheres guerreiras e temidas na mitologia grega, a Amazônia tem sido alvo de mitos e lendas que influenciaram a sua concepção e desenvolvimento. O próprio termo *Amazônia* derivou do dado por Carvajal ao rio (rio das Amazonas) [...]. Pode-se dizer sem medo de errar que a Amazônia tem sido desde então vista com os olhos do descobridor, do aventureiro, e como fonte inesgotável de recursos (Aragón, 2013, p. 28).

Nesse sentido, reforçando o que destaca Aragón (2013), a Amazônia vem tendo seu destino decidido à revelia, sem que se consulte seus habitantes originários que por lá habitam há alguns séculos, o que reforça ainda mais essa visão do colonizador e, que torna mais difícil

uma plena integração a sociedade nacional em virtude do desconhecimento e da real situação de seus habitantes e de suas aspirações no que diz respeito a um modelo de desenvolvimento que respeite seu modo de vida e sua visão de mundo.

Destaque-se que desde o fim da união ibérica (1580 a 1640) o controle, “povoamento” e degradação vem sendo conduzido como estratégia de aniquilação de um modelo de vida (choque de civilizações) que se faz presente há milhares de anos. Inicialmente, com a instalação de Missões religiosas e Fortes militares por parte dos portugueses, o que se materializou no binômio da “cruz e da espada” para o controle da população autóctone e do território. Assim, a Amazônia legalmente conquistada,

[...] inserida no contexto brasileiro em 1616. Desbravada à partir de 1637 quando povoada em pontos estratégicos por militares e missões religiosas. [...] A Amazônia mantida por um cinturão de Fortes [...] amarrando-lhe as fronteiras consagradas pelo *uti possidetis*, o princípio internacional que caracterizou o tratado de Madri de 1750 (Castro, 1998, p.14).

Não podemos esquecer que esta estratégia de instalação de Missões religiosas e Fortes militares foi o fundamento, “do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômico e população para povoar e ocupar um território de tal extensão (Becker, 2005, p. 71)”.

É preciso destacar nas citações de Becker (2005) e Castro (1998) que consideram a Amazônia como uma área a ser “povoada” o que nos cria um certo desconforto pois, estas autoras são das mais destacadas e produtivas geógrafas brasileira, sendo utilizadas e referenciadas no meio acadêmico como base para se entender a geo-história do Brasil e especialmente da Amazônia.

Sabe-se que narrativas históricas e geográficas são construções feitas para que predomine uma visão unilateral de determinado assunto que se queira pautar na sociedade. E, nesse contexto,

[...] se destaca que a Amazônia é apresentada como uma prioridade pelo Estado brasileiro, uma vez que seu potencial de riqueza minerais e biodiversidade. Para isso, a vivificação das fronteiras, a proteção ao meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e integração amazônica (Guimarães Filho, 2018, p. 38).

A noção de “vivificação das fronteiras” é um modelo de controle estatal desde o período colonial com o objetivo de inserir populações extemporâneas à região e, que também faz parte da estratégia de domínio do Estado nacional pois, para reforçar os argumentos justificando as análises de Guimarães Filho (2018) ressalta-se que, a faixa de fronteira do nosso território “deve ser vivificada, preservando nela a capacidade de ação do estado, a

integridade do território nacional e também a integração ordenada e positiva com os países vizinhos (Rosa 2004, p. 117)”.

É fato que o Estado brasileiro herdou de seus antepassados territórios com dimensões imensas, o que determinou aos seus gestores estabelecerem políticas e estratégias, visando preservar este território, especialmente o amazônico, demandando controle e presença física. Portanto, destaca-se nesse cenário o uso do termo “vivificação das fronteiras” relacionados a citação de Guimarães Filho (2018) e Rosa (2004), haja visto que remete subliminarmente a territórios sem donos, vazios e sem história e, que precisam ser vivificados através de assentamento de pessoas de fora da região para que o mesmo seja controlado, fiscalizado e “povoado”.

Neste processo, as populações indígenas são invisibilizadas, esquecidas e extirpadas da memória de parte de gestores e agentes estatais que se colocaram na qualidade de especialistas em Amazônia, não percebendo ou admitindo que os verdadeiros donos das terras ainda habitam seus lugares ancestrais. Tal fato se configura perturbador, em virtude da elaboração da noção de Amazônia, por parte da sociedade e da comunidade internacional, em função destas visões de ‘vazio’.

3. A (DES)CONSTRUÇÃO DO VAZIO DEMOGRÁFICO

A história não é linear, é um processo. Por isso, se faz importante conhecer o passado para pensar o presente e o futuro. Nesse sentido, a noção de “vazio demográfico” que permeia parte das discussões, debates e análises por parte do Estado brasileiro e que, em pleno século XXI se destaca em nossa PND quando se refere a Amazônia é também,

Consequência de séculos de censura, dos embargos aplicados pelas Coroas Espanhola e Portuguesa sobre o conhecimento e as viagens na região, e dos silêncios das Ordens religiosas durante a história colonial da Amazônia (Hecht; Cockburn, 2022, p. 22).

Nesse sentido, interpretar o espaço está no cerne da ciência geográfica e se, a Geografia,

[...] deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois, a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial (Santos, 1979, p. 10).

As informações sobre a Amazônia durante o período colonial eram controladas pelo Conselho das Índias, no caso da Coroa espanhola e, pelo Conselho da Colônia no caso

português segundo Hecht; Cockburn (2022). Esta censura era fruto também em parte, pelo fato de,

muitas das explorações eram conduzidas por patrulhas de fronteira e por jesuítas cujos superiores tinham amplas razões econômicas e políticas para manter em sigilo as informações da região. Apenas em 1867, após muita pressão nacional e internacional, o imperador do Brasil, Dom Pedro II, aprovou a lei autorizando a navegação a vapor na Amazônia. O Estado recém independente manteve um silêncio prudente sobre a região até o final do século XIX, até que o *boom* da borracha e as demandas comerciais com o mundo tornassem esse mistério impossível (*Ibid.*, 23).

Com esses silêncios, surgiram muitos mitos, fantasias e lendas sobre a Amazônia, sendo um desses mitos, a noção do “vazio demográfico”. Este vem povoando a mente e corações de muitos burocratas, cientistas, naturalistas viajantes com seus preconceitos raciais e arrogância eurocêntrica. Não é possível desconsiderar nesse rol uma parte do estamento militar brasileiro pois, não consideram que, primeiro, as informações demográficas sobre os povos originários eram baseadas em estatísticas duvidosas dos colonizadores e ordens religiosas e, segundo, que essas estatísticas também foram feitas baseadas apenas em populações que habitavam as adensadas várzeas dos grandes rios da bacia Amazônica, desconsiderando as populações que habitavam as Terras firmes.

O grande problema, talvez seja, os vários métodos de cálculo da demografia indígena, tanto por parte da coroa espanhola como portuguesa pois,

[...] não tem fundamentação empírica, pelo contrário, evidenciaram casos significativos de subavaliações da população, destinadas a permitir a sonegação de tributos ao fisco real por parte dos encomenderos e a não despertar a ganância desses mesmos encomenderos, por parte de missões religiosas indefesas (Porro, 1995, p. 22).

Em virtude da maior fartura de alimentos, bem como facilidade de deslocamentos, sabe-se que as várzeas amazônicas são muito mais povoadas que as terras firmes e, as observações dos,

Primeiros exploradores sobre o povoamento maciço da faixa ribeirinha e as evidências arqueológicas já referidas de grandes aldeias, sugeriu para os 65 km² de várzea do Amazonas uma densidade de 14,6 hab./km², ou seja, uma população de 950 mil que, somada à da terra firme, dá, em números redondos, um total de 2 milhões para a Amazônia brasileira no século XVI (Porro, 1995, p. 23).

Possivelmente, e em concordância com Porro (1995), quanto as estimativas demográficas partia-se quase sempre, da premissa de que as estimativas dos primeiros cronistas eram exageradas e, portanto, deveriam ser descartadas. E, essa postura parece, derivada, da “noção geopolítica de que o tamanho da população é um fator determinante do

poder nacional ou tribal; constatando-se a relativa facilidade com que o indígena foi submetido em todo continente e a escassez da população atual (*Ibid.*, 20).” Nesse contexto e, diante desses fatos, não é de,

[...] se estranhar que aqueles que se propuseram a dominar o espaço amazônico tenham acentuado a escassez de mão-de-obra, a ideia do vazio demográfico. Perante as dificuldades de iniciar uma colonização mais efetiva, o controle das vias de circulação, a intrincada rede hidrográfica da bacia amazônica, mostrou-se como a estratégia mais eficaz. Na impossibilidade do controle efetivo das terras, o controle das águas [...] daí resultou um povoamento disperso ao longo dos rios (Gonçalves, 2001, p. 35).

Percebe-se assim, a justificativa da instalação de Fortes militares e missões religiosas nas calhas e, principalmente na foz dos grandes rios da bacia amazônica o que, para efeito de controle e monitoramento, representou uma estratégia excelente. Como exemplo, podemos destacar o estado do Amazonas que teve sua primeira capital na cidade Barcelos (médio rio negro) e, depois foi deslocada para a foz do rio Negro, aonde se encontra atualmente sua capital, Manaus.

É preciso insistir no fato de que segundo Neves (2022), o “princípio da incompletude”, teve sua origem nos escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, quando esteve no início do século XX, em missão oficial chefiando a comissão de limites brasileira (Brasil-Peru). Pois, para este autor, o homem era “um intruso lá”, e segundo Reis (2021),

Euclides viu à Amazônia como um último capítulo do Gênesis. O homem teria chegado em hora imprópria ou antes do tempo; o clima seria caluniado, como clima hostil à presença humana; muitos dos rios da bacia hidrográfica não tinham formado o leito definitivo (Reis 2021, p 258).

Euclides da Cunha, segundo nosso entendimento, demonstra em suas análises, um certo desconhecimento da demografia amazônica, destacada ainda, por afirmar que, a Amazônia era “uma imensidão deprimida e era um “reino sem história”, portanto, estava “à margem da história”, comparando-a ainda a uma esfinge que “ninguém conseguia abarcá-la” (Cunha, 2021)

Assim, constata-se que Cunha, destacava em seus escritos que a Amazônia era uma terra vazia, e sem história, onde faltava tudo. Portanto, concorda-se, com Neves (2022) quando destaca que o “princípio da incompletude” amazônica, tem sua origem nos escritos de Euclides da Cunha, e, representa um marco inicial da ideia do vazio demográfico amazônico. Refutando a visão euclidiana da Amazônia, Reis (2021) infere se,

Euclides teria cometido o pecado da afirmação graciosa;? [...]. A Amazônia continua a promover o interesse e a provocar encantos, desencantos, surpresas de toda espécie. Será um logro ou estará realmente destinada a

representar um papel especial na projeção e na potencialidade do Brasil e das outras [...] repúblicas vizinhas que dispõe também do espaço no mundo amazônico (*Ibid.*, p. 259).

Os tempos de destruição na Amazônia são variados; séculos e décadas devem ser nossa escala de tempo, segundo Hecht; Cockburn (2022, p. 186) e estes tempos representam para a população originária tempos de destruição, seja através de genocídios, etnocídios e o choque imunológico. Mas, também seu desaparecimento era resultado de uma micropolítica e de uma macropolítica, destacando-se que,

A macropolítica era a assimilação, essa conquista das mentes e das almas, que resultava na diluição dos índios nas camadas mais vulnerável da população [...] a micropolítica resumia-se a ferramentas e mercadorias em geral, que introduziam desejos e necessidades novas; e as missões, os internatos, as escolas, a proibição de rituais e de falar línguas indígenas eram a destruição das malocas coletivas, a “modernização” das casas ou das plantas das aldeias: uma política que se centrava no sequestro dos jovens que se endoutrinavam (Cunha; Cesarino, 2016, p.11).

Do ponto de vista dos portugueses, foi praticada uma política de isolacionismo durante boa parte da história amazônica pois, os mesmos consideravam que as diversos pedidos de autorização para expedições científicas escondiam propósitos estratégicos por parte das nações originárias desses cientistas. Diante de tais desafios, Reis (1972) nos informa que “os portugueses mantiveram a Amazônia fechada aos olhares indiscretos e perigosos dos estrangeiros”.

Nesse processo, o interesse que a Amazônia despertou principalmente a partir do século XVII, como estamos vendo, foi um interesse que,

[...] levou aos conflitos militares, as disputas diplomáticas, à utilização de viajantes e de cientistas na elaboração de uma literatura de divulgação e de propaganda, à mobilização de capitais que teriam ali um vasto campo de aplicação e de rendimento certo e seguro (Reis, 1972, p.133).

Do ponto de vista de Reis (1972) e concordando-se com o mesmo, a tese por parte de outras nações de que a Amazônia era um espaço importante para os interesses da humanidade tem aí um embrião do que se entende hoje por securitização da Amazônia em nível internacional, chegando até mesmo propostas por parte de nações europeia de se criar um organismo supranacional que a possa governar.

Diante de tais desafios enganam-se os que este pensamento de securitização é recente pois, ao formulá-lo pensou-se em que,

Áreas inocuadas ou cuja densidade demográfica fosse inexpressiva, deviam passar às mãos dos mais capazes, isto é, dos que podiam, por tradição ou por operacidade atual, possuí-la, utilizando-as em bem da coletividade. Sua ocupação seria efetiva, sua exploração seria realizada com técnica, capitais fartos e utilização imediata e proveitosa (*Id.*, 114).

Por outro lado, duas visões sobre a Amazônia vêm se sustentando ao longo do tempo, a primeira é a que se refere a cobiça internacional e a segunda se reporta ao vazio demográfico, sob tais aspectos Cardoso (2016) ressalta que “conhecer, conquistar, explorar e integrar o território preponderava no discurso ideológico dominante desde o segundo reinado da república”.

É preciso insistir ainda que predomina uma visão tutorial sobre a Amazônia, em virtude de que,

A visão da hileia como flanco vulnerável do território brasileiro, a ser conquistado pelo Estado mediante ação planejada e centralizadora, está profundamente enraizada no ideário nacional e ainda hoje se projeta [...] podemos chamar essa visão de tutelar. A formidável empresa do colonizador português, ao garantir a posse da vasta e desabitada região, construindo fortes, vencendo espanhóis, francêss, holandeses e ingleses, aquinhoou o Brasil com um dos maiores territórios do mundo, mas também legou o árduo desafio de zelar por ele (Araújo, 2019, p. 160-161).

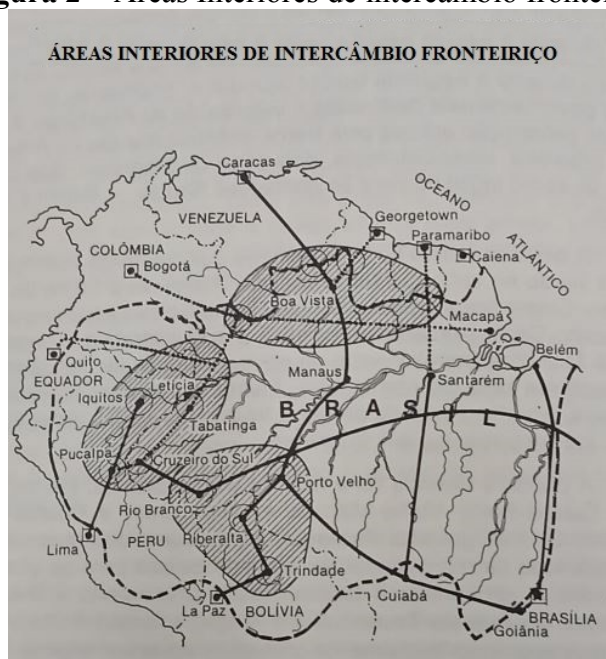
A partir dos anos de 1950 (século XX) com Vargas, já havia um,

[...] indicativo no sentido de uma conquista mais efetiva das terras do oeste brasileiro. A intenção era fazer coincidir o espaço econômico com o espaço político [...]. Dessa forma, a Amazônia começava a ser definida como uma fronteira do ponto de vista econômico, rótulo que perdura até os dias atuais (Nogueira, 2007, p. 45-46).

Como parte da estratégia de Vargas, houve neste período (1953) a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), instituição essa voltada ao incentivo de melhorar as condições socioeconômicas da Amazônia que, vinha decaindo vertiginosamente desde o boom da borracha que teve seu ápice no início do século XX. Período este que se intensificou e passou a ter um planejamento mais estratégico por parte do governo a partir de 1964, planejamento este baseado em visões de geopolíticos militares que possuíam a preocupação com ameaças externas e movimentos de ruptura da ordem vigente mas que, optaram por uma solução econômica visando ocupar a Amazônia.

Dentre os diversos e importantes geopolíticos brasileiros, destacaremos o general Meira Mattos pois, se suas posições e propostas tivessem sido executadas, possivelmente teríamos uma realidade diferente neste século na Amazônia brasileira pois, dentre suas proposições, estava a implantação de três polos interiores de intercâmbio fronteiriços (Mattos, 1984) que iriam irradiar desenvolvimento econômico e social às áreas adjacentes (Figura – 02). O primeiro seria a área Norte, que conectaria Boa Vista – Lethen - Santa Helena, o segundo, rio Solimões, conectando Tabatinga – Leticia – Ramon Castilha e, o terceiro, o do Extremo Sul do arco fronteiriço amazônico interligando Porto Velho – Ribalta e Cobija.

Figura 2 – Áreas Interiores de intercâmbio fronteiriço



Fonte: Mattos (2011)

Estes pólos visavam de acordo com Freitas (2004) “o despertar de um vasto hinterland amazônico multinacional, perspectivado doravante em termos de cooperação regional”. A visão de integração de Meira Mattos veio se concretizar ainda que incipientemente via Tratado de Cooperação Amazônico (T.C.A.) em 1978 e, a partir do ano de 1995 os oito países membros decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (O.T.C.A.), para fortalecer e implementar os objetivos do TCA.

Sob tal contexto, a partir dos anos de 1970 e, principalmente com o Programa de Integração Nacional (PIN) e suas políticas voltadas a construção de rodovias, colonização e reforma agrária transferiram populações, principalmente nordestinas para ocuparem os “espaços vazios” existentes na Amazônia, cujo lema divulgado era: “uma terra sem homens para homens sem-terra”.

Diante de tal contexto se faz importante destacar que,

Os objetivos do PIN estavam em sintonia com a tradição brasileira de geopolíticos entre as décadas de 1920 e 1960. Uma solução econômica, antes de militar, foi apontada por quase todos os geopolíticos brasileiros [...] preocupados com ímpetos separatistas e pressões externas [...]. Nessa perspectiva, o PIN estaria em sintonia com o pensamento geopolítico brasileiro, ele buscava integrar três regiões distintas do Brasil e convergiria o Nordeste e Centro-oeste para o Norte, ademais buscava povoar as regiões ermas, principalmente na região norte (Rooy, 2019, p. 95-96).

Portanto, dentre as diversas estratégias voltadas a “preencher o vazio demográfico” da Amazônia, se destacam as políticas acentuadas a partir do governo militar, subsidiada por seus geopolíticos que preferiam uma solução econômica e social o que culminou com a transferência incentivada de populações de outros estados para à Amazônia. Ressalte-se que,

Cem anos depois da primeira grande leva de migrantes, promovido pelo Império em meados do século XIX, a mesma concepção de vazio demográfico foi retomado pelo Regime Militar, com o objetivo de atrair para a Amazônia mão-de-obra para o projeto militar de colonização da região (Rufino, 2018, p. 58).

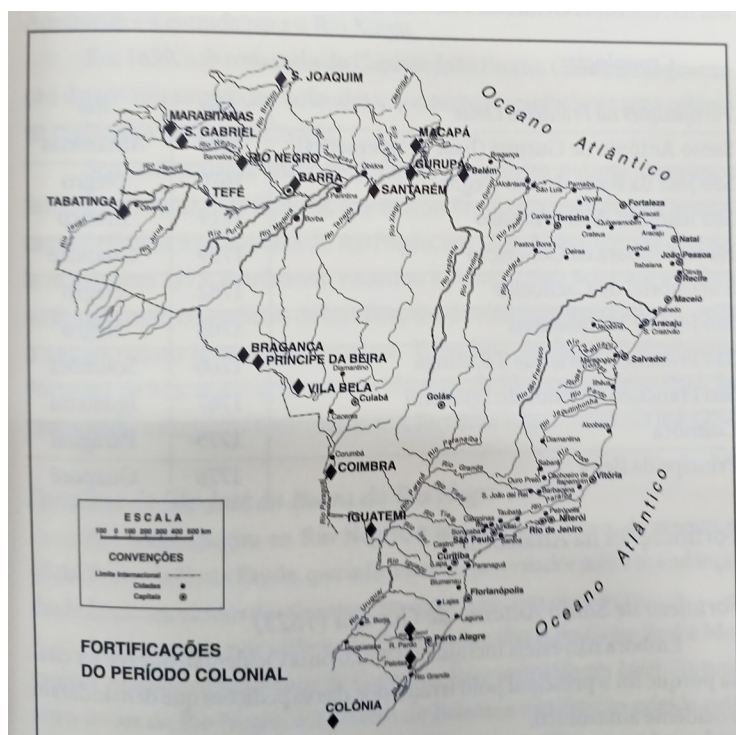
Esta fase de governos militares se encerrou em 1985 e, com exceção do Projeto Calha Norte, do mesmo ano, houve um hiato nas preocupações geoestratégicas com relação à Amazônia, e apenas em 1999 foi criado o Ministério da Defesa, responsável por garantir o preparo das Forças Armadas, para que estejam em permanente estado de prontidão e sejam empregadas na defesa da pátria, na garantia dos Poderes constitucionais, da Lei e Ordem.

4. AS AMAZÔNIAS E A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

A criação do Ministério da Defesa permitiu um desenvolvimento ordenado dos temas relacionados à defesa no Brasil, evitando a defasagem institucional em face do contexto mundial. Historicamente, desde a elaboração da primeira PDN em 1996, o assunto Amazônia foi evoluindo gradativamente, segundo o contexto histórico que o cercava.

Assumindo-se que a Amazônia é uma região complexa em virtude de sua dimensão e vizinhança, as políticas públicas de defesa nacional ressaltam que ela deve receber atenção especial pois, as vulnerabilidades são maiores que em outras regiões do país. Do ponto de vista do Império português, esta complexidade se fez presente, desde a fase da conquista, consolidação, e defesa da Amazônia, e a estratégia adotada foi a de construção de vários fortes militares (Figura – 03) que ao longo dos anos serviu como posto avançado de controle territorial, impedindo a invasão de potências estrangeiras.

Figura 3 – As fortificações históricas da Amazônia



Fonte: Mattos (2011)

Nesse sentido, nossa política e estratégia militar para a Amazônia, segundo Mattos (2011), “deve responder a uma atitude defensiva de cobertura, vigilante, com capacidade de pronta resposta”. Sob tais condições o referido autor destaca que do ponto de vista geoestratégico, pode-se distinguir duas regiões amazônicas: a chamada Amazônia oriental e a Amazônia ocidental. Sob tal contexto,

As duas regiões geoestratégicas [...] giram em torno de geoestratégias diferentes. Na oriental deve predominar a estratégia com predominância aeronaval: defesa do litoral, dos portos; defesa contra as penetrações, particularmente pelo grande rio; vigilância na fronteira terrestre e manutenção de uma capacidade de transporte marítimo protegido e de transporte aeroterrestre de médio raio de ação. Na ocidental, a vigilância ativa nas regiões fronteiriças, em particular nas regiões de intercomunicação internacional, capacidade de manutenção de uma reserva operacional aeroterrestre e de transporte aéreo e fluvial para áreas tornadas críticas (Mattos, 2011, p.308).

Pode-se constatar que o General Meira Mattos antecedeu em vários anos o que viria a acontecer somente a partir de 1996 com a primeira Política de Defesa Nacional e suas demais atualizações ao longo dos quadriênios, haja vista que, em todas as suas versões, prioriza o adensamento de forças militares e, principalmente o monitoramento e presença da Marinha brasileira na Foz do rio Amazonas e nas calhas dos grandes rios.

Faz-se necessário ressaltar que ainda fruto de uma visão varguista da “marcha para o Oeste” dos anos 50 persiste ainda em nossa política de defesa nacional a visão de que a Amazônia em pleno século XXI é uma região de grandes vazios demográficos e que, portanto, precisa-se usar da estratégia da vivificação de suas fronteiras, argumento este segundo Nogueira (2007) “bastante usado pelo Estado brasileiro para garantir as fronteiras norte” que em teoria admite-se a não existência de populações (fronteiras mortas), o que é uma grande inverdade pois, existem povos originários em todas as áreas de fronteiras.

Por outro lado, as mudanças empreendidas pelo Estado brasileiro durante o Regime Militar,

[...] cuja preocupação com a ocupação do território era acentuada, deram origem a uma política territorial em que se torna prioritário resguardar a fronteira Norte do país. Esta ação para ser bem-sucedida, não necessitaria apenas da instalação de Pelotões de Fronteira. Gente, muita gente deveria ser estimulada a vir para o Norte, pois, só assim o patrimônio territorial poderia ser assegurado. Para isto, os projetos de colonização constituíram na principal propaganda governamental (Nogueira, 2007, p. 58).

Nesse sentido, constata-se também que, nas diversas versões de nossa PND, a Amazônia de acordo com Nogueira (2007, p. 66) “sempre é mais vista como natureza do que como sociedade, afinal, a baixa densidade demográfica, a exuberante floresta contribuíam para esta interpretação”. Assim, percebe-se que ainda perdura uma visão distorcida sobre a Amazônia que, não considera e invisibiliza a presença e importância das populações originárias nas lutas históricas em defesa do território brasileiro.

Nesse processo, é preciso que o Estado brasileiro reconheça e, as insira dentro de nossa PND, haja vista a sua total ausência dentro desta importante política pública de defesa territorial. A grande pergunta é: a quem interessa esse esquecimento das populações originárias que ajudaram a consolidar o território brasileiro? Pergunta-se também, qual seria a intenção dos diversos atores estatais envolvidos na atualização de nossa PND, quais as razões da não constância e nem referências das populações originárias dentro de nosso arcabouço teórico de defesa?

Note-se ademais que se tem a impressão que o estado brasileiro e as instituições de defesa nutrem uma desconfiança em relação aos indígenas brasileiros pois, imaginam que os mesmos por morarem em sua maioria no interior das florestas as margens de rios não possuem o conceito de patriotismos, defesa e soberania nacional e por isso, existe a necessidade de se inserir (PIN) colonos civis nas bordas do país e na Amazônia em especial pois os mesmos seriam barreiras contra o avanço dos países vizinhos e, simultaneamente, com base para a expansão brasileira no interior do continente.

Reconhece-se que na PDN em 2005, fruto das políticas intrínsecas do Presidente Lula, trouxe como novas iniciativas na vertente das negociações comerciais internacionais, a busca de uma ativa coordenação política de integração com atores relevantes da política mundial, geralmente parceiros independentes no mundo em desenvolvimento, como por exemplo, os países vizinhos da América do Sul.

O presidente Lula ressaltou diversas vezes a importância estratégica do Mercosul para o seu governo, no que poderia constituir uma espécie de base material para a união política da América do Sul. A preferência, na sua forma de governo, pela sustentabilidade social.

De modo geral, na primeira década de 2000, o governo buscou manter relações cooperativas com todos os países do continente americano, inclusive com os EUA. Por outro lado, houve um aumento da desconfiança de princípio, de que a atuação dos Estados Unidos buscava assegurar a preservação de sua hegemonia e influência na região, o que de certa forma poderia limitar a capacidade de influência do Brasil.

Assim, na PDN 2005 estabelece-se o planejamento da defesa em áreas vitais prioritárias em que se encontravam a maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, priorizava a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima.

O Ambiente Regional e o Entorno Estratégico começaram a ser discutidos, e foram levantados antigos tratados e discussões como a questão da Venezuela-Guiana, a pacificação do problema colombiano, que ainda apresentava nítidas repercussões regionais e o levantamento do OTCA (Organização de Tratado da Cooperação da Amazônia) de 1995, foram de suma importância para a elaboração da PDN de 2005, que pôs no plano para contrapor-se às ameaças na Amazônia.

Sob tais condições relacionadas aos acordos de cooperação e integração via OTCA, prevista em todas as versões de nossa PND, bem como em nossa Constituição Federal (Art. 4º) destaca-se o papel de,

[...] nossa diplomacia, que nos últimos anos ajustou suas linhas estratégicas, passando a emprestar maior importância à política de aproximação com nossos vizinhos continentais. Em curto espaço de tempo este esforço viu-se coroado de êxito. Fortalecemos nossos laços com as nações sul-americanas, através dos organismos regionais e sub-regionais (Mattos, 2011, p. 136).

Diante de tais desafios de integração, Castro (1998, p. 2) ressalta que o “Tratado de Cooperação Amazônica foi o primeiro a destacar a tese da preservação ecológica, mas também de utilização de área”. Destaca ainda que, a “Amazônia se constitui na maior região natural do Brasil e na menos povoada; uma área marginalizada geopoliticamente.” Afirmação essa, presente em todas as versões de nossa PND, inclusive, com pouquíssimas alterações dessa afirmação ao longo dos anos. O que nos parece ser a visão adotada pelos órgãos de defesa brasileira.

Nesse sentido, era imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, uma forma de vivificação, efetiva ação do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ampliação da cooperação com os países vizinhos. Um exemplo dessa vivificação, foi, segundo o que nos informa Medeiros Filho (2020), as transferências em 1993 da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada de Santo Ângelo (RS) para Tefé/AM (atual 16ª Brigada de Infantaria de Selva) e em 1998, a 2ª Brigada de Infantaria Motorizada de Niterói (RJ), para São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Outras dessas ações, foi pôr no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, o programa específico para a faixa de fronteira brasileira, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) que previa o fortalecimento das regiões de fronteira e de seus subespaços, envolvendo a Amazônia, a região central e o Mercosul. Ao contrário da PDN de 1996, o documento avançou na delimitação de conceitos fundamentais, como defesa e segurança, ampliou a participação do MD na política nacional.

Continuamente, nas versões da PND, culmina de forma gradativa com ações governamentais para torná-la mais habitadas e mais logística, embora seja ainda uma visão distorcida da realidade, sobretudo por pouco se considerar os povos originários da região, ainda sim, levanta-se questões importantes que de alguma forma, tornam os problemas da Amazônia, para discussão pública e, sem dúvida trazem melhorias ao acesso aos direitos básicos humanos e sociais, e segurança aos moradores da região.

Reconhece-se que a Amazônia, nos últimos anos tem sido priorizada em função de ações constabulares, entendida aqui como,

Aquelas que se prendem ao exercício da soberania por sobre um dado território, fazendo valer o monopólio da força pelo estado impondo obediência às suas leis e a vigência dos termos de acordos internacionais,

atuando, ainda, com força de preservação da vida e do patrimônio em situações emergenciais (Proença Junior, 1991, p.20).

Os motivos de tais ações constabulares terem se acentuado nos últimos anos, vão do crime organizado a biopirataria, bem como principalmente, em virtude da invasão das Terras Indígenas por parte de garimpeiros e narcotraficantes que, levam o caos estas sociedades originárias, como podemos observar sobre a recente crise humanitária sofrida pelo povo Yanomami de Roraima.

Por outro lado, reconhece-se que ainda predomina em nossa PND visões totalmente estranhas a Amazônia do século XXI, fruto possivelmente de autores militares em grande parte que, possuem uma percepção um tanto enviesada, como pode-se constatar nessa citação, onde o mesmo ressalta que,

[...] grandes anecúmenos com vastas florestas, entremeadas por extensas Terras Indígenas que propiciam o cometimento de crimes contra o meio ambiente e o bem-estar das populações. [...] a vastidão territorial e os vazios humanos são de tal ordem que não é possível aos estados atuarem plenamente no combate a ameaças como seria normal em outras regiões (Abreu, 2018, p. 177-178).

Nesse sentido, e em virtude de nossa PND destacar que à Amazônia é um vazio demográfico e, afirmação essa que “inconscientemente passa uma mensagem subliminar” de que pode-se ocupar este espaço, visão esta temerária pois, pode aguçar a cobiça de potências estrangeiras o que pode representar instabilidade para a soberania brasileira, e para reforçar essa mensagem de vazio, destacamos o que ouviu um militar brasileiro (Guimarães Filho, 2018), participando de um evento no qual havia estrangeiros, “e estava o Embaixador dos países baixos a dizer: “você tem um grande vazio demográfico, então peguem os refugiados da Síria e mandem para cá”.

Em suma, e de um modo em geral a noção de vazio demográfico amazônico serviu e serve como motivação e argumento para atrair pessoas para a região amazônica; Em alguns períodos de forma oficial, como no segundo ciclo da borracha (1940-1945) e, nos anos 1970 com o PIN, em outros, de forma espontânea, como ultimamente tem se visto nos meios de comunicação e na literatura, com a inundação de garimpeiros e pessoas ligadas ao crime organizado. Tudo isso reforçado pelo que consta em nossa PND.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, objetivamos levantar alguns importantes momentos da geo-história amazônica, em função da noção de vazio demográfico em nossa PND. Não obstante, o que torna a PND a partir de 1996 uma importante política pública de defesa nacional é que a mesma enquadra a Amazônia como prioridade de defesa, propondo várias ações de fortalecimento, criação de infraestrutura de defesa e adensamento de forças militares no ambiente amazônico.

Nesse sentido atribui-se a Amazônia como detentora de um importante pólo estratégico em função de seus recursos naturais e de sua grande biodiversidade, além de ser o lar de milhares de povos originários que vem ajudando a proteger esse ecossistema de devastações que culminaram ao longo do tempo com inúmeros extermínios e degradação ambiental.

As questões envolvendo a origem da noção de vazio demográfico, como demonstrado, foram decorrentes de inúmeros escritos originados primeiro de cronistas de Ordens religiosas a serviço da Coroa portuguesa e, de inúmeros cientistas que percorreram os grandes rios. Ademais, ressalte-se que, estes escritos se baseavam apenas em dados demográficos de populações que habitavam as margens dos principais rios e, que foram as primeiras a serem exterminadas pelo contato.

Logo, os estudos baseados apenas em populações da terra-firme ficaram de fora de suas análises, o que contribui com esta noção de vazio até os dias atuais, com a permanência e a insistência por grande parte da sociedade e principalmente pelos formuladores de políticas públicas que, persistem na imagem da Amazônia como uma área de grande vazio humano.

O Estado brasileiro procurou “preencher” este vazio ao longo de sua existência, se intensificando a partir dos anos de 1970 com ações que visavam transportar populações de outras regiões o que gerou um “choque de civilização” que, até os dias atuais vem contribuindo para inúmeras tensões entre os povos originários e os novos migrantes, a exemplo de, garimpeiros, madeireiros e pecuarista.

Com base no que foi apresentado a noção do vazio demográfico persiste em nossa PND, o que intensifica e prejudica a imagem que o brasileiro tem, além de aguçar a cobiça internacional que por constatarem que os documentos estatais destacam este vazio, propõe, inclusive, a criação de organismos supranacionais para a gerirem, o que é inadmissível para um país soberano com o Brasil.

Diante disso e, em função do que foi demonstrado ao longo do estudo, sugere-se que nas próximas atualizações de nossa PND, seja feita a exclusão do termo vazio demográfico quando se referirem a Amazônia pois, como ressaltado, esta noção se baseia apenas em

métricas estatísticas e, desconsidera a real dimensão social dos povos que habitam a Amazônia desde tempos imemoriais.

Dessa maneira, e considerando que a área amazônica tem um enorme potencial de recursos naturais de interesse estratégico, o que representa um grande desafio para o controle e monitoramento desta região, existindo a necessidade como descrito, em nossa PND de ampliar, sedimentar e, ai sim, vivificar com o estamento militar, os pontos estratégicos da Amazônia, o que requer o apoio de toda a sociedade brasileira.

Portanto, pode-se considerar que esta noção de vazio demográfico representou e continua representando uma grande falácia quando se refere a Amazônia, falácia esta que persiste e precisa ser extirpada e dissociada quando se remete a imagem que grande parte da sociedade tem da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ABREU, Gustavo de Souza. **Amazônia**: o enigma da segurança. Curitiba: Prisma, 2018.

ARÁOS, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da Modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

ARAGÓN, Luis E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**: cinco temas para um debate. São Paulo: HUCITEC, 2013.

ARAUJO, Marcelo Ramos. **A Região Norte e a integração** – a demanda dos atores subnacionais amazônicos por integração regional. Brasília: FUNAG, 2019.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério de Defesa. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério de Defesa, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério de Defesa, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério de Defesa, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/copy_of_pnd_e_end_2016.pdf. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério de Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 08 abril 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

CARDOSO, Luciene Pereira. **Intelectuais, militares, instituições na configuração das fronteiras brasileiras (1883-1903)**. São Paulo: Alameda, 2016.

CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Amazônia: problemática geopolítica**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1998.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia: um paraíso perdido**. Manaus: Editora Valer, 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (org.). **Políticas Culturais e Povos Indígenas**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A escola geopolítica brasileira**: Golbery do Couto Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

GUIMARÃES FILHO, Rezende. O Sistema de Defesa da Amazônia e a fronteira. In: PEGO, Bolívar *et al.* **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco norte**. Rio de Janeiro: IPEA. M. I., 2018. Volume 3.

HECHT, Susanna; COCKBURN, Alexander. **O destino da floresta: desenvolvedores, destruidores e defensores da Amazônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Trópicos**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**, v.II. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MOREIRA, Eidof. **Amazônia: o conceito e a paisagem**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1958.

MEDEIROS FILHO, O. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 14, n. 49, p. 77-97, 21 jan. 2020.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central**. São Paulo: Ubu Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PROENÇA JUNIOR, Domicio *et al.* **Guia de Estudos Estratégicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento Sustentável**. Curitiba: Juruá, 2008.

REIS, Arthur César Ferreira. Euclides e o paraíso perdido. *In: CUNHA, Euclides da. Amazônia: um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer, 2021.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

ROOY, Gregor Guedes Alcoforado Assunção de. **Um estudo da influência do pensamento geopolítico na concepção do Programa de Integração Nacional (PIN)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior, Rio de Janeiro, 2019.

ROSA, Fernando Henrique P. A Política Indigenista: a utilização das terras indígenas (TI) no contexto da defesa nacional, em especial a faixa de fronteira. **ESG**, v. 20, n. 43 jan./dez. 2004.

RUFINO, Alessandra. A fronteira Amazônica e a sua realidade econômica. *In: PEGO, Bolivar et al. Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco norte*. Rio de Janeiro: IPEA. M. I., 2018. volume 3.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOUZA, Marcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

VAZ, Florêncio Almeida. Ribeirinhos da Amazônia: identidade e magia na floresta. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 90, n. 2, p. 47-65, 1996.